

A atuação de Joaquim Manuel de Macedo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹

Isadora Tavares Maleval²

The performance of Joaquim Manuel de Macedo at the Brazilian Historical and Geographical Institute

52



Resumo

Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), conhecido autor do romance *A moreninha* (1844), atuou em outros campos da vida política e intelectual do Segundo Reinado, além da literatura. Fez parte, por exemplo, do corpo docente do notável Colégio Pedro II, sendo responsável pela cadeira de História do Brasil, e foi um sócio com grande projeção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Neste artigo pretende-se investigar sua participação naquela última instituição, sobretudo no que diz respeito às querelas sobre a validade ou não de o IHGB investir na produção de uma história do tempo presente ou contemporânea.

Palavras-chave: Joaquim Manuel de Macedo. IHGB. Historiografia.

Abstract

Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), well-known author of the novel *A moreninha* (1844), acted in other fields of the political and intellectual life of Second Reign, besides the literature. For example, he worked for the remarkable Colégio Pedro II, responsible for the discipline History of Brazil, and was a partner with great projection of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). In this article we intend to investigate his participation in this last institution, especially regarding the quarrels about the validity to invest in the production of a history of present or contemporary by the IHGB.

Keywords: Joaquim Manuel de Macedo. IHGB. Historiography.

1 Pesquisa feita com auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

2 Doutora em História (2015) pelo Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH - UERJ), onde também obteve o título de Mestre (2010). Cumpriu estágio doutoral na Université Paris-Sorbonne (2014) e pós-doutoral no Departamento de História da UERJ, através de financiamento CAPES/FAPERJ (2015-2016). Atualmente é professora adjunta da área de Teoria e Metodologia da História no Departamento de História de Campos (CHT) da Universidade Federal Fluminense (UFF). É especialista em temas relacionados à teoria da história, historiografia e história do Brasil Império.
E-mail: isadoramaleval@gmail.com

Tinha contudo legítima veia literária, e os seus discursos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, proferidos em voz clara, pausada e um tanto plangente, produziam impressão compatível com aquele sonolento local, cuja influência tive, depois, de experimentar no caráter também de orador.

*Alfredo Taunay*³

A prática da oratória foi uma das inúmeras atividades que Joaquim Manuel de Macedo exerceu ao longo de sua vida⁴. Mesmo que nem sempre de fala muito palatável, como se conclui da leitura da passagem anterior, Macedo foi por décadas orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), além de professor de Corografia e de História do Brasil no Colégio Pedro II⁵. A oratória, igualmente necessária no campo político, fez parte da rotina de Macedo enquanto membro do Partido Liberal, por diversas vezes eleito para cargos públicos. Nas legislaturas de 1864-1866, 1867-1868 e 1878-1881, por exemplo, atuou como deputado provincial e geral.

Mas foi com a escrita que seu nome se fez conhecido através dos tempos. Sobretudo por conta de seus romances, tais como *A Moreninha* – leitura obrigatória, ainda hoje, para se entender o gênero no século XIX. Autor de diversas crônicas e peças de teatro, Macedo foi igualmente importante na imprensa de sua época, tendo escrito para muitos periódicos, como o *Minerva Brasiliense* e o *Jornal do Commercio*.

No campo da historiografia, publicou o opúsculo intitulado “Dúvidas sobre alguns pontos da História Pátria” na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* de 1862. Nele foram discutidas questões referentes à invasão holandesa no Brasil. Escreveu também os quatro volumes do

3 TAUNAY, Alfredo D'Escragnoille. *Memórias*. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, [1948], p. 56.

4 Nascido em São João de Itaboraí, numa família de pequenos proprietários rurais, Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882) seguiu para a Corte para estudar medicina. Concluiu o curso em 1844, mas nunca chegou a atuar nessa profissão. Faleceu no Rio de Janeiro, após ter escrito romances, crônicas e peças de teatro, e atuado em diferentes áreas, tais como a educação, a política e a imprensa. Além do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi sócio do Conservatório Dramático Brasileiro. NEVES, Lúcia Maria Bastos das. “Joaquim Manuel de Macedo”. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 408-410. Os comentários acerca da trajetória de Macedo a seguir baseiam-se em: MATTOS, Selma Rinaldi de. “Joaquim Manuel de Macedo – uma figura na sombra”. In: _____. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000, p. 9- 18; MACEDO, Joaquim Manuel de. *Labirinto* (organização, introdução e notas Jefferson Cano). Campinas, SP: Mercado das Letras, Cecult; São Paulo: FAPESP, 2004, p. 7-34; e STRZODA, Michelle. *O Rio de Joaquim Manuel de Macedo: jornalismo e literatura no século XIX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010, p. 19-60.

5 No início de 1849, foi criada a cadeira de História do Brasil no Colégio Pedro II (CPII), primeiro ministrada por Gonçalves Dias e, depois, por Joaquim Manuel de Macedo. Vale notar que Macedo teve alunos ilustres ao longo de sua trajetória como professor do CPII, como o já citado Alfredo Taunay. Sobre a metodologia de Macedo em sala de aula, Vieira Fazenda comentou em suas memórias: “Nunca pude compreender como, sendo Macedo homem ilustrado, não permitisse a seus alunos apreciar a nossa história com um pouco de filosofia. Era repetir o que estava no compêndio e nada mais”. Citado em MACEDO, Joaquim Manuel de. *Op. cit.*, 2004, p. 8.

Ano Biográfico Brasileiro (1876-1880), a *Ephemerida Histórica do Brasil*, a qual deixou incompleta⁶, e uma memória sobre a Guerra do Paraguai⁷. Por fim, mas nem por isso menos importante, levou à luz alguns dos mais expressivos manuais de história nacional de que se tem notícia: as *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio do D. Pedro II*, publicadas entre 1861 e 1863, e as *Lições de História do Brasil para uso das escolas de Instrução Primária*, editadas em seguida. Só para se ter uma ideia da notoriedade dessas obras no campo do ensino de história, basta indicar que foram feitas novas edições das mesmas até a década de 1920⁸.

Diferente do que comumente acontecia, Macedo adentrou o grêmio do IHGB com apenas 25 anos de idade. Já havia, então, publicado *A Moreninha* e defendido sua tese no curso de medicina⁹. De resto, aquela parece ter sido uma aposta do Instituto – que, com o passar dos anos, se mostrou bem-sucedida.

Pode-se resumir a trajetória de Macedo dentro do IHGB da seguinte forma: após ter sido aceito para o grêmio em 1845, tornou-se 2º secretário em 1848 e 1º secretário em 1851, quando passou também a membro da comissão de trabalhos históricos. Entre 1857 e 1879 atuou como orador da instituição e, em 1869, foi promovido a sócio honorário. Serviu, sucessivamente, aos cargos de 3º, 2º e 1º vice-presidente do Instituto. Mesmo doente, a partir de 1876, continuou a trabalhar ativamente pelo/no IHGB até praticamente sua morte, em 1882.

A atitude ativa de Macedo no IHGB rendeu vasta produção publicada no periódico do grêmio, daqui para a frente denominado apenas como *Revista*. A sua análise permitiu verificar a composição desta produção, que vai desde relatórios que Macedo escreveu na condição de 1º secretário, até pareceres feitos como representante das comissões do Instituto e, em menor escala, suas propostas de projetos e publicação de trabalhos¹⁰. Macedo se revelou, por outro lado, um verdadeiro biógrafo e não é exagero indicar que a maior função exercida por ele no IHGB foi a de orador – o que significava lembrar, a cada sessão aniversária, a vida dos sócios falecidos ao longo do ano anterior. Com isso, nota-se que a parte mais

6 Existe um exemplar da obra no IHGB. Cf. MACEDO, Joaquim Manuel de. *Ephemerida Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Globo, 1877. Ref. 91.1.47.

7 Este trabalho foi lido nas sessões do IHGB no ano de 1866. Não se tem notícia de sua publicação.

8 MATTOS, Selma. *Op. cit.*, 2000, p. 17.

9 Macedo defendeu em 1844 a tese “Considerações sobre a nostalgia” para concluir a Escola de Medicina. Nunca chegou, contudo, a atuar nessa área. Como ajuíza Selma Mattos, “[...] do médico só restaria a lembrança no tratamento carinhoso que muitos lhe dispensavam ao chamá-lo ‘Doutor Macedinho’”. *Ibidem*, 10-11.

10 Com relação a estes dois últimos quesitos, só consegui levantar uma proposta de projeto para a criação de uma comissão central, “[...] coadjuvada por outras filiais nas províncias ou comissários, que se encarreguem da história particular das cidades, vilas, etc. do Brasil” e uma publicação, referente ao opúsculo acima mencionado (“Dúvidas sobre alguns pontos da História Pátria”). “Ata da sessão de 19 de outubro de 1848”. *RIHGB*, tomo X, p. 550, 1848.



constante de sua produção publicada na *Revista* se caracteriza como de apontamentos biográficos, sobretudo sob a forma de “Elogios Fúnebres”, ainda que “acadêmicos”: o próprio autor indicava uma distinção entre um “elogio acadêmico” de um finado e um elogio meramente laudatório, que só visava a disfarçar através do “[...] panegírico dos mortos a lisonja incensadora dos vivos”. Enquanto o primeiro primava pela verdade, apesar de conter, inevitavelmente, sentimentos de estima e de saudade, o último se inseria somente na lógica da lisonja¹¹.

Fosse relatando os acontecimentos do ano social da instituição, incluindo os trabalhos a que deveria dar algum veredito, fosse lembrando seus mortos, Macedo se preocupava muito em detalhar de que forma compreendia o trabalho do historiador. Escrever biografias fez com que utilizasse os preceitos mais rigorosos da história, até porque não compreendia os dois gêneros como totalmente antagônicos¹². Assim, por diversas vezes expressou o que entendia ser de fundamental importância para a pesquisa histórica, tanto para a produção de uma obra de história propriamente dita, quanto para outros tipos de estudos que podiam se utilizar dela: a exigência da verdade. Para isso, esclarecia que “[...] os contemporâneos dos varões notáveis são apenas testemunhas, e o juiz é somente a posteridade”¹³. Argumentava, desse modo, que a falta de “partido” – tão cara à historiografia – era impossível em uma escrita da história contemporânea.

Ainda que Macedo não possa ser considerado um grande historiador, no sentido mais literal do termo, já que poucos são os títulos de história que produziu, sua atuação como avaliador de trabalhos de cunho historiográfico, ou mesmo como professor da disciplina, permite indicá-lo como alguém que sabia das discussões mais recentes em torno da mesma. Tinha noção, entre outras questões, de que a imparcialidade era uma das principais qualidades do bom historiador e, por tal motivo, falar sobre o tempo presente era tarefa de difícil concretização em termos de escrita da história. Os exemplos a seguir demonstrarão o quão extremoso foi Macedo no repúdio à narrativa de fatos recentes¹⁴.

11 “Discurso do orador Joaquim Manuel de Macedo”. *RIHGB*, tomo XXVI, p. 925, 1863. Ver sobre esse respeito, OLIVEIRA, Maria da Glória de. OLIVEIRA, Maria da Glória de. “Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade: biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista”. *VARIA HISTORIA*. Belo Horizonte, vol. 26, n. 43, p. 289, jan/jun 2010.

12 OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Op. cit.*, p. 298, jan/jun 2010.

13 “Discurso do orador Joaquim Manuel de Macedo”. *RIHGB*, tomo XXVI, p. 925-926, 1863.

14 Para uma leitura mais aprofundada sobre as relações entre história e tempo presente no século XIX, conferir MALEVAL, Isadora Tavares. *Entre a “arca do sigilo” e o “tribunal da posteridade”*: o (não) lugar do presente nas produções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.



O problema do presente na escrita e no ensino da história

Na década de 1850, quando fazia parte do Conselho da Instrução Pública, convocado pela Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte (IGIPSC)¹⁵, Macedo avaliou uma série de manuais escolares de história, dentre os quais um: o de José Pedro Xavier Pinheiro, intitulado *Epítome de História do Brasil*. Segundo a visão de Macedo, os fatos narrados no livro que traziam à tona os anos entre a Independência do Brasil e o início do reinado de D. Pedro II não deviam ser merecedores de um relato voltado ao ensino da mocidade. Xavier Pinheiro estava no rol dos que faziam história, motivo pelo qual não podia assumir posição de juiz ante os acontecimentos contemporâneos: “[...] entendo que não é ele, como historiador, o juiz mais próprio para sentenciar em causas, em que foi parte”¹⁶. Neste sentido, indicava o caminho a ser seguido por outros autores ou professores da disciplina:

Escrevendo ou ensinando a História Pátria nós nos devemos limitar, quando chegamos aos acontecimentos da nossa época, aos dramas em que também tivemos papéis a representar, nós nos devemos limitar, digo, a resumir esses acontecimentos em datas que os façam lembrar, sem ajuntar apreciações de fatos e de princípios. Nossas ideias políticas, os partidos que contaram em suas fileiras nossos parentes, nossos amigos, ou a nós mesmos, nossas perversões, simpatias, antipatias muitas vezes nos podem induzir ao erro, e tornar-nos evidentemente parciais¹⁷.

Por outro lado, atentava para as possibilidades de comentar os fatos mais contemporâneos nas aulas de história, de modo a inculcar no público estudante determinadas considerações acerca daqueles anos, principalmente, sobre questões políticas pertinentes. Esse tipo de explanação devia ser, porém, de caráter bem sintético, conforme ele próprio fazia em suas aulas de história: “[...] na cadeira de História Pátria, de que sou professor no Imperial Colégio de Pedro 2º tenho sempre me absterido de entrar nessas questões, e me limito a dar [aos] meus alunos, apenas a cronologia contemporânea”¹⁸.

15 Então presidida por Euzébio de Queirós, a IGIPSC tinha função de analisar os manuais adotados nas escolas públicas, fazendo correções (que eram pedidas aos autores dos livros), e substituindo-os também, quando necessário. A Inspetoria era também responsável por convocar o Conselho da Instrução Pública, que examinava os métodos e sistemas de ensino, além de avaliar os manuais escolares. Importante mencionar que essa avaliação era feita por pessoas de confiança das autoridades, sobretudo, por professores.

16 Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Série Instrução Pública. Códice 11.1.6, 1859, f. 59.

17 *Ibidem*, f. 59.

18 *Ibidem*, f. 59.



A ideia era apresentar ao leitor uma simples cronologia da história recente. O erro de Xavier Pinheiro, ao que tudo indica, fora a falta de concordância com esse tipo de premissa, fazendo exortações maiores a respeito dessa parte da história além do que era “permitido” dentro do modelo historiográfico desejado pelo IHGB. Assim, se o autor do manual fizesse as modificações referentes a esse quesito reclamado por Macedo, o livro poderia ser publicado e utilizado pelo ensino primário do Município da Corte, conforme atesta o próprio parecerista: “[...] se for aquela parte da História Contemporânea substituída por uma simples cronologia, ou por apreciações, e [remida] de juízos do autor a respeito dos acontecimentos, e dos partidos políticos”¹⁹.

Seguida por outros avaliadores do livro, a opinião de Macedo acabou se tornando a palavra final sobre o assunto. Apesar disso, a trajetória do manual de Xavier Pinheiro seguiu caminho um pouco distinto daquele apresentado pelo orador do IHGB. Publicado inúmeras vezes e utilizado no ensino da história do Brasil, o compêndio alcançou o lugar a que desde o início pretendeu se destinar. Acabou sendo bem-sucedido em termos de vendas no comércio editorial e de utilização por parte do ensino nas escolas. Assim o demonstram seu grande número de reedições, bem como os pedidos do livro feitos por professores encontrados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro²⁰.

Entretanto, o autor nunca deixou de escrever a respeito de fatos muito próximos e a cada edição nova do manual a narrativa era acrescentada, abordando os anos mais recentes. Supondo que realmente admitisse a fórmula do professor de história do Brasil do Colégio Pedro II, Pinheiro devia ter feito apenas uma cronologia dos anos posteriores à Independência do Brasil – o que não foi, de modo algum, o caso. Tomando como parâmetro a quinta edição, datada de 1873, pode-se concluir, a partir do simples ato de abrir o livro nas páginas finais, que o autor narrou de forma detalhada os acontecimentos mais próximos ao período de publicação desta edição – a Guerra do Paraguai, finda em 1870²¹.

De todo modo, notória foi a crítica feita ao conteúdo do manual, pouco condizente com as expectativas da instituição que determinava as formas de escrita da história no Brasil Imperial e que tinha em Macedo uma de suas personalidades máximas. Ainda que fosse um livro voltado ao ensino, o epítome de Pinheiro foi julgado de acordo com as premissas historiográficas do período, sobretudo no que dizia respeito à imparcialidade do

19 *Ibidem*, f. 60.

20 O livro foi, primeiramente, premiado, de acordo com documentação levantada no AGCRJ. Série Instrução Pública. Códice 11.1.6, 1859, f. 221, 231 e 242.

21 PINHEIRO, José Pedro Xavier. *Epítome da História do Brasil desde o seu descobrimento até a conclusão da Guerra do Paraguay (adoptado para uso das aulas publicas de ensino primário)*. 5ª edição, Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1873.



historiador ao debruçar-se sobre seu objeto de estudo e à necessidade de recuo temporal para atingi-la.

Pouco mais de um ano depois de ter feito o referido parecer, e sem mudar o tom da discussão sobre o não lugar da história do presente, Macedo escrevia para o *Jornal do Commercio*, no folhetim intitulado *Labirinto*²² a seguinte recomendação:

Ninguém pode considerar perdido o tempo que se emprega em acender uma luz nas noites do passado da nossa história, e em preparar elementos para que os vindouros escrevam a da nossa época, de que aliás nós outros ou não podemos, ou dificilmente poderíamos tratar com a indispensável e completa imparcialidade porque todos temos mais ou menos nela peca-dilhos e escorregaduras [sic], ou enfim predileções, simpatias, antipatias e relações que nos tornam suspeitos²³.

58



Macedo relatava na ocasião os trabalhos produzidos pelo IHGB, desde a historiografia desenvolvida por seus sócios, até a organização de uma rica biblioteca e a crítica a autores estrangeiros. O orador da instituição pretendia, por meio desse relato, demonstrar a importância conferida ao Instituto, enquanto lugar por excelência da produção de uma história e de uma memória nacionais. A documentação levantada sobre o presente deveria ser, nesse sentido, resguardada para o interesse dos historiadores do futuro, que tratariam dela com a desejada imparcialidade – um eco na imprensa do que já vinha sendo difundido dentro do Instituto Histórico.

Outros exemplos demonstram o apreço de Macedo em propagandar uma determinada perspectiva historiográfica, crítica em relação ao tratamento dado aos fatos recentes. Tal preocupação pode ser verificada nos elogios históricos feitos por Macedo aos sócios falecidos do IHGB. A despeito de estar presente em diversas situações, essa preocupação foi por ele expressa através da concatenação das mesmas ideias: a visão da história como juíza, cuja imparcialidade só podia ser atingida no futuro.

Dentro desse modelo de história, portanto, verdade e imparcialidade aparecem como noções centrais. Ainda que fizessem parte das aspirações próprias da historiografia desde Luciano de Samósata e Cícero, no século XIX, à articulação entre os conceitos foram agregados novos pressupostos, justamente quando a história passava a ser dotada de caráter eminentemente pragmático. Nessa ótica, integrava um discurso contra o juízo do presente, por meio da expressão “tribunal da história”, estendendo-se a

22 A explicação sobre a escolha do nome foi dada pelo próprio Macedo: “O nosso *Labirinto*, portanto, refletirá, à semelhança de um espelho, a vida da nossa sociedade, e portanto um labirinto social, onde todos se acham às tontas com os erros, que são muitos, os despropósitos não poucos, e apenas encontram raros os acertos, que já parecem milagres”. MACEDO, Joaquim Manuel de. *Op. cit.*, 2004, p. 15.

23 *Ibidem*, p. 284.

possibilidade de atingir uma história verdadeira e imparcial sobre aquilo que não se desejava, ainda, arbitrar ao futuro²⁴ – algo evidenciado, inclusive, no discurso de Januário da Cunha Barbosa quando da fundação do IHGB:

Os crimes, posto que seguidos de um sucesso aparentemente feliz, não deixam de ser detestáveis no tribunal da história, se a imparcial pena dos sábios os descreve em sua verdadeira luz. O circunspecto gênio do historiador, **sentando-se sobre a tumba do homem**, que aí termina suas fadigas, despreza argumentos de partido e conselhos de lisonja, portando-se em seus juízos como austero sacerdote da verdade²⁵.

Eis o dilema dos historiadores modernos: introduzir juízo nas narrativas, fazendo justiça à memória dos mortos²⁶, ou permitir que a história proferisse por si própria seu veredito. Para este último caso, recorria-se à evocação da experiência da história como um “tribunal”, que parecia absolver o historiador de toda e qualquer suspeita de ser parcial, revestindo o preceito retórico de “deixar falar por si mesma a verdade da história” de ambições científicas²⁷.

Nesse sentido foi que, ao tratar do falecimento de Cassiano Spiridião de Mello e Matos, em 1857, Macedo indicava a posteridade como verdadeira juíza dos “[...] homens que têm direito a ser lembrados pela história [...]”, sobretudo dos políticos, que “[...] antes de todos devem recomendar-se mais ou menos à indulgência daquela”²⁸. Por ocasião da morte de Sergio Teixeira de Macedo, dez anos depois, alertava para o fato de que a avaliação da sua atuação no parlamento e no governo pertencia ao futuro, tendo em vista que a geração contemporânea jamais podia ser insuspeita²⁹. Quando foi a vez de falar sobre José Joaquim Machado de Oliveira, deixou de fora a apreciação sobre grande parte das questões políticas do passado recente pelos mesmos motivos apontados anteriormente³⁰. Neste sentido, o orador via-se, sempre que necessário, na obrigação de argumentar sobre o papel de juiz a ser creditado ao porvir, sobretudo quando se tratava dos eventos mais atuais e de seus protagonistas.

24 Cf. OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Op. cit.*, p. 298, jan/jun 2010.

25 BARBOSA, Januário da Cunha. “Discurso”. *RIHGB*, tomo I, p. 13-14, 1839 (grifos nossos).

26 Jules Michelet pode ser visto como a representação desta percepção do historiador como aquele que tem uma dívida para com os mortos. A esse respeito, ver HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 150.

27 OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história*. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. 2009. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 161.

28 “Discurso do orador, o Sr. Joaquim Manuel de Macedo”. *RIHGB*, tomo XX, p. 74, 1857.

29 “Discurso do orador o Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo”. *RIHGB*, tomo XXX (Parte Segunda), p. 526, 1867.

30 “Discurso do orador o Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo”. *RIHGB*, tomo XXXI (Parte Segunda), p. 425, 1868.



Verifica-se através desses exemplos que, enquanto à posteridade era atribuída a condição de foro de justiça das ações dos homens, aos sócios do IHGB restava o epíteto de testemunhas de seu próprio tempo³¹. Guardar a história contemporânea para os historiadores do futuro era, assim, tarefa que merecia especial atenção por parte do Instituto Histórico. Na mesma medida, a publicação de biografias – como aquelas que o próprio Macedo escrevia – servia ao propósito de fazer com que a posteridade pudesse melhor julgar aquele tempo.

Cumpra pois que, registrando em nossos arquivos os acontecimentos da nossa época e os feitos dos nossos beneméritos, cumpra que, colhendo no livro dos túmulos as páginas soltas da vida dos nossos homens notáveis, forjemos a chave com que para eles devem ser abertas as portas daquele panteão na posteridade. [...] o IHGB coligindo e publicando as biografias de cada um deles, vai recomendando os nomes e os feitos dos beneméritos ao tribunal da posteridade, que os deve julgar em última instância, marcando o lugar que lhe compete na galeria da história [...] ³².

Outra opinião recorrente nos discursos de Macedo era em relação ao próprio entendimento do que representava “fazer história”. Propunha, então, uma diferenciação entre aqueles que eram, efetivamente, considerados historiadores de outros, responsáveis pela sua preparação. Como exemplo para este último caso, estava Ignacio Accioli, que, de acordo com Macedo, havia sido além de um verdadeiro “perscrutador do passado”, um apreciador dos acontecimentos contemporâneos, “[...] esmerilhando a verdade entre os embustes, os desvios, as sombras, e nas tempestades, na confusão e no caos das paixões políticas”. Segundo o orador, Accioli não podia ser considerado nem um Heródoto, nem um Tácito, nem, ao menos, um Thierry³³; havia deixado, porém, para os futuros historiadores um legado imenso, “[...] um tesouro incalculável de conhecimentos e de fatos verificados. Não foi um grande historiador, mas foi um consciencioso preparador da história”³⁴. Assim como apontou em outra ocasião, da mesma forma que havia os “[...] filósofos investigadores dos fatos que arrasam os segredos dos tempos que já foram”, existiam aqueles que tratavam dos acontecimentos contemporâneos, “[...] de que outros mais tarde serão

31 OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Op. cit.*, p. 290, jan/jun 2010.

32 “Discurso do orador do Instituto Histórico o Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo”. *RIHGB*, tomo XXII, p. 705-706.

33 Heródoto, Tácito e Thierry eram modelos de escrita da história a todo momento retomados pelo IHGB.

34 “Discurso do orador o Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo”. *RIHGB*, tomo XXVIII (Parte Segunda), p. 348, 1865.



juízes”³⁵. Ambas as tarefas mereciam destaque por colaborarem com a construção da história nacional.

Os comentários que Macedo rendeu a trabalhos produzidos pelos sócios, na qualidade de secretário do Instituto, também demonstravam sua preocupação em deixar para a posteridade o tratamento da história recente. Explicitava em seus relatórios o perigo que era tratar do presente, tendo em vista o fato de que os historiadores, por mais que tentassem, nunca se mostrariam “menos homens”³⁶. A atualidade, nesse caso, nunca devia ser objeto da história. Podia, sim, ser registrada e “entesourada”, a fim de fazer parte dos seus anais no futuro³⁷.

O IHGB, nesse sentido, formava o cabedal de testemunhos a ser utilizado por aquele tempo. Com base na preparação dessa história ainda por fazer, podia-se garantir à geração contemporânea viver para sempre; a história, assim como a entendiam os antigos, era responsável pela imortalidade humana. Nas palavras de Macedo, “A luz que dimana do seio do instituto vai brilhar além dos horizontes da nossa idade, e a voz que ele desprende há de retumbar na posteridade e ser ouvida pelos vindouros”³⁸.

Em outro momento, quando o sócio Felizardo Pinheiro de Campos³⁹ propôs que o IHGB elaborasse um livro intitulado *Fastos do feliz e glorioso reinado do Sr. D. Pedro II*, uma contenda se instaurou tendo Macedo como um de seus principais articuladores. O ano era 1863 e a proposta era de que constassem na obra “[...] todos os fatos de importância política, moral e religiosa a juízo do Instituto” sobre aquele tempo⁴⁰. Levado à votação, o projeto acabou sendo avaliado pela comissão de história, após

35 “Discurso do orador o Dr. Joaquim Manuel de Macedo”. *RIHGB*, tomo XXXIV (Parte Segunda), p. 405-406, 1871.

36 “Relatório do primeiro secretário Dr. Joaquim Manuel de Macedo”. *RIHGB*, tomo XVI, p. 581, 1853.

37 “Relatório do 1º secretário o Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo”. *RIHGB*, tomo XIX, p. 92, 1856: “[...] o instituto histórico e geográfico do Brasil, coligindo e registrando os acontecimentos do passado e da atualidade, entesourando elementos para os livros do futuro, pode dizer-se o preparador de um processo grandioso, no qual serão juízes os historiadores da posteridade”.

38 *Ibidem*, p. 93.

39 Felizardo Pinheiro de Campos (1813-1889) nasceu no Rio de Janeiro. Tornou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais através do Curso Jurídico de São Paulo, em 1834. A partir de então passou a atuar como advogado. Foi também professor de Retórica e Poética, além de lecionar História, Geografia e Francês nas localidades onde viveu no país, como Ayuruoca. Foi também juiz municipal e de órfãos e delegado de polícia em Cabo Frio, depois de recusar a nomeação para cônsul geral nos EUA. Quando retornou ao Rio de Janeiro, em 1863, entregou-se exclusivamente ao exercício da advocacia até sua morte. Cf. ALVES, Comendador José Luiz. “Elogio dos sócios falecidos desde 15 de Dezembro de 1888 até hoje”. *RIHGB*, 1890, tomo LIII (Parte Segunda), p. 616-617, 1890.

40 “Ata da sessão de 13 de março de 1863”. *RIHGB*, tomo XXVI, p. 842, 1863.



pedido de urgência feito pelo proponente⁴¹. Além de Macedo, a referida comissão era composta por Joaquim Norberto de Sousa Silva.

O processo, inaugurado com a proposta de Pinheiro de Campos, durou alguns meses. Após a divulgação do parecer da comissão, um conjunto de respostas, numa espécie de jogo de réplicas e tréplicas, deu o tom da discussão acerca do objeto de disputa – ao fim e ao cabo, um trabalho que tinha por objetivo a escrita da história contemporânea do Brasil.

Macedo, como relator da comissão, leu o parecer da mesma em sessão. Nele, indicava a impossibilidade de o Instituto arcar com semelhante projeto, tendo em vista que, apesar das “[...] nobres intenções e patrióticos sentimentos que inspiraram esta proposta”,

Sujeito às impressões veementes da atualidade, às paixões, ao espírito do partido, à simpatia, e, em uma palavra, sendo ator no drama de que procura dar conta, aquele que escreve sobre a história contemporânea do seu país escreve um pouco a sua própria história, preside ao processo das ideias que tem sustentado e das ideias que tem combatido; e por consequência aparece aos olhos da posteridade como parte interessada com pretensões de ser juiz⁴².

A história contada nos *Fastos do feliz e glorioso reinado do Sr. Dom Pedro II* não deixaria de se constituir na história da nação brasileira em sua época mais contemporânea⁴³, motivo pelo qual não devia ser escrita. Mesmo sendo um relato sintetizado daquele momento da história do Brasil, a obra em destaque passaria por desnecessária e acabaria não efetuando aquilo a que se propunha: registrar os momentos grandiosos do Segundo Reinado⁴⁴. Desnecessária, em primeiro lugar, por não poder ser considerada uma proposta inovadora. Observando o histórico de projetos e de trabalhos do Instituto, era possível notar que a ideia de registrar de forma resumida os fatos mais recentes já havia sido começada, tempos atrás. Bastava, então, continuar a escrita das *Ephemerides*, cuja idealização deveu-se a Januário da Cunha Barbosa, logo nos anos iniciais da agremiação⁴⁵.

41 “Ata da sessão de 24 de abril de 1863”. *RIHGB*, tomo XXVI, p. 851, 1863.

42 “Ata da sessão de 8 de maio de 1863”. *RIHGB*, tomo XXVI, p. 854-855, 1863.

43 *Ibidem*, p. 856. Daqui por diante denominado apenas como *Fastos*.

44 Segundo o dicionário de Antonio Moraes Silva, a palavra *fastos* significava, entre outras coisas, “os sucessos notáveis do ano”, o mesmo que “feliz”, “próspero” e o contrário de “nefasto”. Ver: *Diccionario da lingua portugueza*, Tomo Primeiro (A-K), p. 600. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br>>. Acesso em: 21 de agosto de 2013.

45 As *Ephemerides*, segundo a proposta do cônego Januário, seriam anotações por dia dos fatos que mais interessariam à história do país. Cf. “Ata da sessão de 18 de maio de 1839”. *RIHGB*, tomo I, p. 114, 1839; e “Ata da sessão de 8 de maio de 1863”. *RIHGB*, tomo XXVI, p. 856-857, 1863.



Por outro lado, não atingiria o fim a que se propunha de início, pois se fosse escrita em forma de simples resumo, sem grandes exortações, acabava não demonstrando bem o quão glorioso estava sendo o governo de D. Pedro II. Isso também ia contra os desígnios da agremiação porque, nos dizeres de Rodrigo Turin, ao IHGB era dada a obrigação de “[...] cantar, tal como um aedo moderno, as glórias do Brasil à posteridade”⁴⁶. E havia ainda a inconveniência de se delimitar com precisão as regras pelas quais o(s) redator(es) pudessem registrar os fatos sem deixar escapar “[...] palavras de uma dissimulada apreciação”⁴⁷. Nesse sentido, até mesmo a escolha do título era criticada pelo parecer da comissão de história⁴⁸.

Além disso, o requerimento feito por Pinheiro de Campos pedia que a obra fosse feita sob a proteção do IHGB, fato que trazia ainda maior discórdia, visto que

Trabalhos suspeitos de parcialidade seriam sempre; mas a responsabilidade deles pesaria sobre seus autores e **a posteridade esmerilharia nesses escritos a verdade dos fatos, comparando-os uns com os outros e com todos os impressos, memórias, livros e documentos do nosso tempo**. Mas o que um indivíduo pode fazer neste sentido, não convém que o faça o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, pelo caráter que tem, e pelas condições de sua organização e de sua alta importância⁴⁹.

Tratava-se, afinal de contas, de uma querela a respeito da forma como o Instituto entendia a ação de preparar a história. Assim como em outras situações, conforme já se verificou, Macedo indicou o trabalho de recolhimento de dados sobre o presente para a utilização dos historiadores do futuro como algo sumamente importante para o IHGB. A seriedade de tal empreitada fazia com que fosse impensável correr-se o risco de ser parcial, também nesta tarefa. Por esse motivo, julgava perigosa a “[...] apreciação do merecimento dos fatos a registrar [...]”, necessária nesse tipo de obra. Isto porque, tendo em vista ser impossível descrever tudo o que ocorria no Segundo Reinado em tempo real, era imprescindível que se fizesse uma seleção dos fatos narrados, o que configurava, de acordo com Macedo, “[...] uma obra incompleta pelo esquecimento premeditado de fatos [...]”⁵⁰.

46 TURIN, Rodrigo. “Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista”. *História da historiografia*, n. 2, p. 16, março 2009.

47 “Ata da sessão de 8 de maio de 1863”. *RIHGB*, tomo XXVI, p. 856, 1863.

48 *Ibidem*, p. 857: “[...] devendo além disso considerar-se que seria mal cabido o título brilhante de – Fastos do feliz e glorioso reinado do Sr. Dom Pedro II, em um registro tão simples, seco e árido”.

49 *Ibidem*, p. 857.

50 *Ibidem*, p. 855.



O parecer, assinado pelos dois sócios, propunha que o projeto de Pinheiro de Campos fosse arquivado. Apesar disso, o autor respondeu sustentando a proposta. Em sua defesa, indicava que, caso respeitasse os desígnios da comissão, nunca seria possível ao IHGB ter “[...] uma coleção de fatos coligidos e metodizados pelo Instituto com relação ao atual reinado”⁵¹.

A tréplica do Instituto foi contundente. Desta vez representada por Joaquim Norberto de Sousa Silva, a comissão de história apontava a inutilidade dos *Fastos*, posto que os acontecimentos mais atuais já eram visualizados pela geração “que vive”, desenrolando-se no dia a dia. Acabavam gravados na memória coletiva automaticamente. Os fastos do governo de D. Pedro II eram, por si só, tão grandiosos, que não necessitavam ser escritos sob os auspícios do Instituto. E, caso isto ocorresse, havia o perigo de que pudessem “[...] desaparecer no oceano dos tempos como esses acontecimentos frívolos e dignos de eterno esquecimento, que se abismam no golfão [sic] do passado com os próprios anos que os presenciaram”⁵²!

Mesmo após tantas demonstrações de recusa aos *Fastos*, Pinheiro de Campos continuou na tarefa de tentar conferir alguma legitimidade ao seu projeto. Em junho de 1863 chegou a propô-lo novamente com algumas modificações: à forte crítica inicial, feita por Macedo – de que um registro daquele porte seria tudo menos imparcial –, respondia que se a narrativa fosse feita por senhores maiores de 60 anos de idade e que já não tivessem maiores aspirações na vida – fossem elas políticas, ou de qualquer outra ordem –, ela teria sua credibilidade restaurada. Soma-se a isso o fato de que tais escritos restariam guardados em local seguro – um cofre –, de onde só saíam após o falecimento de D. Pedro II⁵³.

Notável é a insistência de Pinheiro de Campos em levar à frente a execução de seu projeto. Não satisfeito em ouvir tantas negativas, começou, em julho daquele mesmo ano, a ler um trabalho seu intitulado *Bosquejo do atual reinado desde a declaração da maioria de Sua Majestade Imperial ou Apontamentos para a história do Brasil* – inegavelmente os *Fastos* sob nova roupagem⁵⁴. Uma hipótese para entender tanta obstinação é a de que ele já havia escrito boa parte dos comentários que comporiam a obra, o que se depreende dessa leitura feita logo depois da censura da comissão de história. E ela não foi a única: de 1863 a 1865, Pinheiro de Campos levou à frente em várias sessões a leitura do *Bosquejo* – ora com o título

51 *Ibidem*, p. 857-858. Segundo o proponente, portanto, o IHGB não deveria se ver na qualidade de historiador, mas de “compilador dos fatos”.

52 *Ibidem*, p. 859.

53 “Ata da sessão de 05 de junho de 1863”. *RIHGB*, tomo XXVI, p. 870-871, 1863.

54 “Ata da sessão de 03 de julho de 1863”. *RIHGB*, tomo XXVI, p. 877, 1863. De acordo com Moraes Silva, *bosquejo* significava um “[...] primeiro debuxo, ou pintura, que não levou ainda a última mão, ou retoque”. SILVA, Antonio Moraes. *Op. cit.*, p. 192.



mencionado acima, ora com o de *Fastos do feliz reinado do Sr. D. Pedro II*⁵⁵, caracterizando uma nada inconsciente confusão.

Ao que tudo indica, os demais sócios simplesmente passaram a aceitar a atitude de Pinheiro de Campos. A respeito dela, no entanto, não falavam muito. Prova disso foi o tratamento dado ao *Bosquejo* nas páginas da *Revista*. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, por exemplo, ao abordar em seu relatório anual as atividades do Instituto naqueles idos de 1863, chegou a comentar o trabalho de Pinheiro de Campos nos seguintes termos: “A natureza do assunto e o temor que me acompanha de requeimar a pena na lava ardente de apreciação dos fatos contemporâneos, veda-me de aquilatar, como devera, o trabalho do nosso ilustrado colega”⁵⁶.

Ainda que não tenha sido o único a argumentar contra o projeto, Macedo foi uma voz imponente desde o início do debate, que continha temática que lhe era cara: a validade da escrita da história contemporânea. Nesse quesito, boa parte de sua atuação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro parece ter sido orientada pelo esclarecimento dos limites para o trabalho do historiador, através da indicação de que os acontecimentos contemporâneos só podiam fazer parte de uma história a ser construída no futuro, ainda que formada a partir de subsídios coletados no presente.

55 “Ata da sessão de 04 de agosto de 1865”. *RIHGB*, tomo XXVIII (Parte Segunda), p. 300, 1865. Houve a leitura do *Bosquejo* também nas sessões de 3 de julho e 4 de dezembro de 1863; 1º de julho, 5 de agosto e 21 de outubro de 1864. Cf. *RIHGB*, tomo XXVI, p. 877 e 908, 1863; e *RIHGB*, tomo XXVII (Parte Segunda), p. 367, 372 e 383, 1864.

56 “Relatório do primeiro secretário o Sr. Cônego Doutor Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro”. *RIHGB*, tomo XXVI, p. 918, 1863.